

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Notas	2
Título: Lobão pediu à Camargo contratação de ‘empresa amiga’	2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Notas	2
Título: Lobão pediu à Camargo contratação de ‘empresa amiga’	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Direto da fonte	5
Título: CSN entra com recurso contra operação Votorantim/Arcelor	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: Governo cobra embargo de mineradora no Pará	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Minério de ferro e grãos devem levar a recuo no IGP-M do mês	7
Título: Curtas	8
Título: Mudança pode ter impacto para o Brasil	8
Título: CBMM vê retomada da demanda de nióbio e projeta crescer 7% no ano	10
Título: Parceria com Toshiba na produção de baterias	12
Título: Destaques	13
Título: Taesa vê oportunidade de aquisição de linhas de transmissão neste semestre	14

Título: Governo tem janela até abril para resolver GSF	15
Título: Petrobras avalia medida contra bancos no Cade	16
Título: Mercado prevê perda para Gerdaul no 4º tri	18
Título: Curtas	19

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Notas

Disputa interna

A preocupação com o fogo amigo está crescendo no Ministério de Minas e Energia, que concentra duas pautas importantes para o governo este ano. O **ministro Fernando Coelho Filho** deixará a pasta em abril, antes da desestatização da Eletrobras e do megaleilão de petróleo da cessão onerosa. O temor é que o sucessor atue para manter a estatal sob controle de políticos. No sábado, a Eletrobras informou a saída do seu diretor jurídico, que havia contratado um parecer contrário a partes do plano de privatização.

Alta na bolsa

As ações da Petrobras fecharam ontem no maior nível desde setembro de 2014, em R\$ 21,52. Neste ano, a alta chega a 33%. Com isso, a empresa recuperou o valor de mercado que havia perdido após a Lava-Jato revelar um forte esquema de corrupção na companhia. No pior momento, a ação da petrolífera chegou a R\$ 4,20.0 Ibovespa também bateu novo recorde na sessão de ontem.

VEÍCULO: País

Seção: Economia

Autor: Mateus Coutinho

Título: Lobão pediu à Camargo contratação de 'empresa amiga'

Construtora atendeu senador após ter feito doação inferior à solicitada por ele.

Logo após ser reeleito, em 2010, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) pediu que a Camargo Corrêa contratasse uma "empresa amiga", o que acabou sendo

efetivado naquele ano para uma obra da usina hidrelétrica de Jirau, na qual a Camargo atuava. As informações são do mais recente depoimento do ex-presidente da Camargo Corrêa e delator João Ricardo Auler à Polícia Federal, no dia 12 de dezembro.

Segundo a PF, empresas dos sócios da companhia indicada pelo parlamentar fizeram doações eleitorais no mesmo ano para a campanha de dois políticos do PMDB em Rondônia, onde fica a usina. O pedido do senador teria sido feito após a empreiteira doar oficialmente apenas R\$ 1 milhão dos R\$ 3 milhões que o parlamentar havia solicitado antes para sua campanha à reeleição.

Em seu depoimento, Auler não fala em pedido de propina de Lobão, mas diz que mantinha reuniões com ele na época pois estava dedicado "quase que exclusivamente" ao projeto da de Jirau, no Rio Madeira, que tinha a Camargo no consórcio. Ele confirmou que, em um primeiro momento, o senador fez um pedido a ele para que a Camargo desse uma contribuição de R\$ 3 milhões para sua reeleição, depois de já ter deixado o **Ministério de Minas e Energia**.

Auler, que era diretor da Camargo à época, disse ter levado a demanda ao então presidente da empreiteira Antônio Miguel, que autorizou o repasse de R\$ 1 milhão, doado oficialmente. Ao voltar ao senador, junto com o gerente de Relações Institucionais da empresa Gustavo da Costa Marques, Auler contou que ouviu uma reclamação do parlamentar e depois o pedido.

"Houve inicialmente uma frustração por parte do senador em razão da redução do valor. Que na mesma reunião, Edison Lobão entregou ao declarante um cartão de uma empresa que prestava serviços de engenharia, mencionando que gostaria que a Camargo Corrêa contratasse a "empresa amiga"? relatou Auler à PF. O empresário contou que, ao fim da reunião, foi apresentado à pessoa cujo nome constava no cartão, "Ralfe", mas disse não se recordar da fisionomia dele.

DOAÇÕES AO PMDB DE RONDÔNIA

O pedido foi encaminhado ao seu superior na época, responsável pelas obras de Jirau, Marco Antonio Bucco e, a partir daí, Auler disse não ter tomado conhecimento dos desdobramentos do caso. No depoimento, o delator não citou qual seria a "empresa amiga", mas disse que em pesquisas internas os advogados da Camargo identificaram a empresa associada a "Ralfe" como sendo a Brasil Central Engenharia, uma empreiteira de Cuiabá. Sua defesa, inclusive, entregou à PF uma cópia do contrato com a empresa no valor de R\$ 3,8 milhões para os serviços de "carga, transporte, descarga e espalhamento de material comum" para as obras civis de Jirau.

A Camargo também entregou à PF cópias das notas fiscais emitidas dos serviços que teriam sido prestados pela Brasil Central. Apesar da documentação, a empresa informou à PF que não constatou nenhuma propina referente ao empreendimento de Jirau. Fontes ligadas à investigação confirmaram ao GLOBO que, apesar de estar ligado à usina, o contrato foi parte de um acordo com o senador referente a outras obras do setor elétrico. À PF, Auler disse ainda que a indicação do senador não tinha importância para o andamento de Jirau, pois ele não estava mais no ministério, e que não recebeu nenhuma outra indicação de empresa para ser contratada pela Camargo.

Diante das informações do delator, a PF fez um levantamento sobre a Brasil Central Engenharia e constatou que a empresa está em nome de Mara Gil Dias e Ana Paula Gil Dias, que são respectivamente mulher e filha do empresário Filadelfo dos Reis Dias, que compôs o quadro societário da empresa em 2008.

Chamou a atenção da PF o fato de que os três participaram como sócios de várias empresas de energia e saneamento entre 2009 e 2011, mas em 2010, tais empresas só fizeram doações eleitorais a candidatos de Rondônia. Foram doados oficialmente pela Brasil Central R\$ 100 mil para a campanha do senador Valdir Raupp (PMDB), e R\$ 200 mil para um candidato a deputado estadual pelo PCdoB.

Por meio da Eletricidade Paraense, que segundo a PF teve como sócias Mara ou Ana Paula Gil, foi feita uma doação de R\$ 150 mil à campanha do governador Confúcio Moura, candidato do PMDB que foi eleito em 2010.

O criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que defende Lobão e Raupp, informou que o ex-ministro já negou a versão apresentada por Auler e disse que o depoimento não apresenta nenhuma prova contra seu cliente. Já em relação a Raupp, o advogado afirmou que ele não conhece nenhuma das empresas citadas pela Camargo nem as pessoas ligadas a essas empresas e não entendeu a citação ao seu nome.

Por meio de sua assessoria, o governador Confúcio Moura disse que todas as doações que recebeu foram declaradas à Justiça Eleitoral, que "jamais pediu qualquer ajuda a Edison Lobão" e que "não exerce nem nunca exerceu qualquer influência sobre contratações de qualquer empresa"

A reportagem procurou Mara e Ana Paula Gil Dias, por telefone e e-mail, mas não obteve resposta. No Brasil Central Engenharia, uma funcionária informou que iria entrar em contato com Filadelfo Dias, mas não retornou.

A Camargo Corrêa, por sua vez, informou que "segue colaborando com as autoridades de forma permanente e respeitando o sigilo exigido" pela Justiça.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Caderno 2 / colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Direto da fonte

Explosivo

A guerra para que o Cade não aprove a compra da Liquigás pela Ultragaz se intensificou nos últimos dias visto que o caso será julgado... amanhã. É bom lembrar: o Grupo Ultra pagou R\$ 2,8 bilhões pelo ativo. E se a transação não vingar, a Ultragaz pagará à Petrobrás multa de... R\$ 280 milhões. No contrato, o comprador se comprometeu a aceitar qualquer remédio que o Cade impuser. Para infelicidade dos que ainda têm esperança de voltar a disputar o ativo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:** Lorena Rodrigues**Título:** CSN entra com recurso contra operação Votorantim/Arcelor

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entrou com recurso junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra a aprovação da compra da Votorantim pela ArcelorMittal, autorizada pelo órgão no dia 07 de fevereiro por quatro votos a dois. No recurso, a CSN pede que o julgamento seja anulado e uma nova análise da operação seja feita. O embargo deverá ser julgado na sessão do Cade marcada para amanhã. Segundo fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast, a CSN aguarda o julgamento do embargo para decidir os próximos passos, que poderão incluir um recurso à Justiça.

A companhia alega que a conselheira relatora, Polyanna Vilanova, baseou seu voto em um relatório do Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade que só foi anexado aos autos no dia 9 de fevereiro, dois dias após o julgamento, ainda assim de forma sigilosa. A CSN questiona se todos os conselheiros tiveram acesso ao estudo antes da sessão de julgamento. Um dos conselheiros que votaram pela reprovação do negócio, João Paulo Rezende, apresentou um voto escrito após o julgamento em que questiona o relatório do DEE dizendo que o documento apresenta premissas "falhas" e que levam a conclusões erradas.

A CSN argumenta no recurso que, se o relatório tivesse sido apresentado antes, essa análise de Rezende teria sido feita em plenário e poderia ter convencido outros conselheiros a votarem contra a operação, o que poderia ter levado, em tese, à reprovação do negócio. Procurados, Arcelor, Votorantim, CSN e Cade não se pronunciaram.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Brasil****Autor: Ingrid Soares****Título: Governo cobra embargo de mineradora no Pará**

O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, enviou ontem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) um ofício pedindo urgência no embargo das atividades da empresa norueguesa Hydro Alunorte no município de Barcarena, no Pará, além da aplicação de multas pesadas por conta dos danos causados ao meio ambiente após o vazamento de rejeitos químicos decorrentes do processamento de beneficiamento de bauxita, que ocorreu em 16 e 17 de fevereiro após fortes chuvas. O Ibama deve se posicionar em até 48 horas.

O pedido foi divulgado ontem após uma nota técnica do Instituto Evandro Chagas apontar falhas no processo de escoamento e tratamento de efluentes e lançamento clandestino de dejetos que comprometeram a qualidade da água potável. As primeiras denúncias vieram das comunidades do Bom Futuro e Vila Nova. Nas áreas atingidas, a população não pode consumir a água que foi contaminada por alumínio, soda cáustica, chumbo e mercúrio, entre outros metais pesados. “Nossa competência é suplementar, mas não podíamos ficar sem fazer nada, tanto que é a primeira vez que o ministério faz esse tipo de recomendação. Não há como negar o ocorrido, a empresa não se isenta da culpa. A análise da água, o DNA da tragédia, aponta isso”, afirmou o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

O ministro explicou ainda que, caso a empresa tenha outros empreendimentos no país, será passado um “pente-fino” para averiguar as operações. Segundo ele, não há comparação entre a tragédia de Mariana com a de Barcarena. “Não estamos diante de um novo desastre como o de Mariana, pois não houve mortes e a contaminação foi no rio, não houve rompimento de barreira. Mas não é por isso que deixa de ser grave. É um bioma sensível na Amazônia que temos que proteger e o vazamento será devidamente investigado. A empresa terá que se explicar e responder pelo dano ambiental e social que está promovendo. Não há dúvidas de que a empresa é responsável pelos prejuízos”, ressaltou.

A Noruega é a maior acionista da mineradora denunciada pela contaminação na Amazônia, com 34,3% das ações. Também foi verificada a existência de um duto clandestino utilizado pela mineradora para despejo de rejeitos no meio ambiente. A empresa é reincidente, em 2009, o Ibama multou a mineradora também por vazamento. As multas somam R\$ 17,1 milhões e ainda não foram

pagas.

Ainda ontem, moradores das áreas atingidas pelo vazamento da mineradora Hydro procuraram postos de saúde com dores gastrointestinais, coceiras na pele, ânsia de vômito, diarreia e fraqueza. Até o fechamento desta edição, o Correio não conseguiu contato com a empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Minério de ferro e grãos devem levar a recuo no IGP-M do mês

Com redução maior preço dos grãos e perda de fôlego do minério de ferro, a inflação no atacado ficou menor em fevereiro, dizem economistas. Segundo estimativa média de 15 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) desacelerou de 0,76% em janeiro para 0,01% este mês.

As projeções para o indicador, a ser divulgado hoje pela Fundação Getulio Vargas (FGV), vão de queda de 0,10% até aumento de 0,18%. Em 12 meses, a expectativa é que o IGP-M acumulado permaneça em 0,41%, mesma taxa observada na abertura do ano.

Com peso de 60% no IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) deve ter recuado 0,14% na medição atual, depois de aumento de 0,91% na leitura anterior, estima Márcio Milan, da Tendências Consultoria. Segundo Milan, tanto os preços agropecuários quanto industriais tiveram influência na baixa do indicador geral, que teve alta de 0,12% em seus cálculos.

Dentro do IPA, os produtos agropecuários registraram deflação de 1,4%, projeta o economista, ante alta de 0,17% em janeiro. "Devemos observar uma queda maior da parte de alguns grãos, como soja e milho, e alguns alimentos semielaborados também devem ajudar, como a parte de ovos e leite in natura", explica.

O IPA industrial também deve ter desacelerado, diz o analista da Tendências, embora tenha se mantido em campo positivo. Segundo Milan, os produtos industriais diminuíram sua alta de 1,15% para 0,30%, puxados principalmente pelo minério de ferro, que manteve a tendência já observada no IGP-10. Nesse indicador, que coletou os preços no mês encerrado no dia 10, o aumento do minério arrefeceu de 8,53% para 1,4%.

"Mesmo com o crescimento, a inflação segue baixa", afirma o departamento econômico do Santander em relatório a clientes. "O IGP-M de fevereiro deve mais uma vez mostrar a inflação anual ainda no terreno negativo", comentam os economistas do banco, que trabalham com avanço de 0,10% para o indicador em fevereiro. Se confirmada a previsão, a variação acumulada em 12 meses pelo IGP-M terá ficado negativa em 0,39%.

Responsável por 30% do índice total, a inflação no varejo também perdeu ímpeto, ao recuar de 0,46% para 0,42% na passagem mensal, acrescenta Milan, da Tendências. O maior vetor de desaceleração do Índice de Preços ao Consumidor - M (IPC-M), de acordo com ele, foi o grupo educação, uma vez que, pela metodologia da FGV, os reajustes de mensalidades escolares são captados em janeiro.

Pela sazonalidade, as passagens aéreas devem ter mostrado deflação em fevereiro, afirma Milan. "Também esperamos desaceleração no grupo alimentação, já refletindo o movimento do atacado", afirma o economista.

O Índice Nacional de Custo da Construção-M (INCC-M), já divulgado, passou de 0,28% em janeiro para 0,14% em fevereiro, com estabilidade em mão de obra e recuo de 0,59% para 0,32% em materiais, equipamentos e serviços.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Consumo de energia

O consumo de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) em março deverá ter alta de 0,5% ante igual mês do ano passado, de acordo com estimativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A alta deve ser puxada pelo Nordeste (3,5%). No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, o ONS espera redução de 0,7%. Com relação às chuvas, ONS espera volume de 93% da média histórica para março no Sudeste/Centro-Oeste. Com isso, os reservatórios do subsistema chegariam a 46,1% de armazenamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo

Título: Mudança pode ter impacto para o Brasil

O aumento do poder de Xi Jinping na China pode ter impacto para o Brasil. Com pulso político mais forte, o atual líder chinês deve priorizar reformas de empresas estatais e a consolidação de certos setores pelos quais o Brasil compete no mercado internacional.

Segundo Andre Soares, pesquisador associado do Atlantic Council, em Washington, tudo vai depender de como será feita a reforma das empresas estatais e a consolidação (redução) do excesso de capacidade em alguns setores, diz.

"É possível vermos maior nível de consolidação do setor de aço e do próprio minério de ferro na China", diz. "Caso a consolidação no setor de aço seja mais rápida que no de minério de ferro, o Brasil perde market share. Mas se a do setor de minério de ferro for mais rápida que a do de aço, o Brasil ganha market share. O que está acontecendo agora pode vir a ser muito negativo ou muito positivo."

Se reformar o setor siderúrgico, a China diminuirá sua capacidade produtiva de aço e tende a comprar menos minério de ferro do Brasil. Mas se decidir mexer antes no setor de minério de ferro, precisará importar mais. Atualmente, a China é a principal compradora de minério de ferro do Brasil.

Embaixador do Brasil em Pequim entre 2013 e 2015, Valdemar Carneiro Leão acredita que a consolidação de poder de Xi favorece o Brasil. "Do ponto de vista pragmático, acho que o Brasil tem a ganhar", disse. "Para Xi, o Brasil é algo conhecido. Ele já veio ao Brasil várias vezes antes de ser chefe de Estado, conhece lideranças políticas brasileiras e sempre manifestou interesse em relações mais densas com o Brasil."

O diplomata acredita que ter um líder chinês que conhece a realidade brasileira é uma vantagem. "Um novo líder seria começar o aprendizado do zero. E o Brasil não é para iniciantes", acrescentou.

Segundo Leão, a tendência agora é vermos uma desaceleração do movimento de grandes aquisições no mundo por grandes grupos privados chineses. "Xi é muito 'estatizante'. Ele não é um grande defensor da iniciativa privada e buscará favorecer as estatais", argumenta.

A leitura política de Leão é que a mudança constitucional, segundo a qual Xi poderia permanecer no poder por tempo indeterminado, reflete um grande controle do líder chinês sobre o Partido Comunista. Dificilmente deve aumentar a disputa de poder entre Xi e grupos dissidentes. "Essa mudança só é possível a partir do momento em que ele tem controle completo. A premissa é que as resistências [internas] foram diminuídas", diz.

O embaixador diz que "o debacle da União Soviética foi um choque para os chineses" e, desde então, o pesadelo das autoridades é que algo parecido aconteça na China. "Isso é um fantasma que os assombra. Por isso, na visão dos políticos de alto escalão, o partido tem de estar cada vez mais forte."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro e Renato Rostás | De São Paulo

Título: CBMM vê retomada da demanda de nióbio e projeta crescer 7% no ano

Um cenário mais promissor para a indústria do aço, com recuperação global da demanda e dos preços, trouxe mais otimismo para a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que tem na siderurgia seu maior consumidor de ligas de nióbio. A expectativa da empresa é de alcançar venda de 70 mil toneladas, o que representa aumento de 7% na comparação com 2017, que já foi um ano de retomada.

A companhia da família Moreira Salles, com instalações de produção e sede em Araxá (MG), é líder global no mercado de nióbio. Em 2017, a CBMM ficou com 74% de participação do volume mundial. Concorre com a China Molybdenum (ex- Anglo American, que unidade de produção em Catalão (GO), e a canadense Niobec.

Eduardo Ribeiro, que assumiu o comando da CBMM no ano passado, disse que a empresa terá condições de capturar a expansão da siderurgia no mundo. Para isso, conta com seu posicionamento internacional e de relação de longa duração com seus clientes. Ele aposta ainda em uma maior inserção tecnológica, com o desenvolvimento e aplicações do nióbio em novas ligas de aço e com outros metais. Nova fronteira de ampliação da demanda são os carros elétricos, que vão utilizar baterias especiais.

Hoje, 90% do consumo de nióbio - cujo preço do quilo está em torno de US\$ 36 - vem das usinas de aço. Além de aços de maior resistência para indústria automotiva, de óleo e gás, o nióbio é presença obrigatória na indústria aeroespacial (está nas turbinas de aviões), em instalações petroquímicas e em supercondutores.

Com uma rentabilidade de causar inveja - margem operacional de quase 57% -, a CBMM tem 70% do capital em mãos dos Moreira Salles e 30% com dois consórcios asiáticos - grandes grupos siderúrgicos da China, Japão e Coreia do Sul. Pagaram quase US\$ 4 bilhões para ter essa participação na empresa brasileira.

No ano passado, o real mais forte e o cenário adverso de preços derrubaram o resultado da CBMM. Mesmo assim, as margens seguiram altas. Teve recuo de 4,1% no lucro líquido, que fechou o ano em R\$ 1,657 bilhão. A cifra já considera o repasse de R\$ 600 milhões à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), estatal do governo mineiro, com quem divide as reservas de pirocloro, o minério de onde se extrai o nióbio.

A companhia obteve receita líquida anual de R\$ 4,79 bilhões, 4,8% a mais do que em 2016. Em volume, as vendas de ligas de ferronióbio cresceram 14,1%, para 65,4 mil toneladas. Desse volume, 32% foram para a Europa e 29% para a China. Coreia, Japão, Índia, Sudeste Asiático e Américas (EUA e Brasil, principalmente) são também grandes consumidores. No caso de produtos especiais, as vendas somaram 3,4 mil toneladas - dois terços no mercado dos EUA.

A performance operacional deixou a CBMM com 56,8% de margem, ante 53,7%, sendo que o setor de mineração e metalurgia, na média, tem menos da metade dessa rentabilidade ao redor do mundo. Para efeito de comparação, a Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, tem margem operacional de aproximadamente 35%. A BHP, líder global em mineração de todos os tipos, tem 32%.

"O gerenciamento de custos e despesas foram de quase R\$ 160 milhões em economia de gastos", disse Carlos Alberto Bezerra de Moura. "Houve uma revisão das despesas com fornecedores e de algumas prioridades da empresa. Ser competitivo no atual cenário de preços é essencial." Por outro lado, a empresa teve R\$ 62,4 milhões de perdas cambiais no resultado financeiro, ante ganho de R\$ 194,2 milhões um ano antes. Foi o que afetou a última linha do balanço.

A CBMM tem um perfil financeiro, com base em suas demonstrações financeiras, saudável. A dívida líquida é inferior a R\$ 150 milhões: a empresa fechou o ano com caixa de R\$ 1,3 bilhão para uma dívida bruta, em yen, pouco abaixo de R\$ 1,5 bilhão.

Com capacidade instalada suficiente para acompanhar a expansão do mercado, a empresa prevê investir R\$ 250 milhões neste ano. A prioridade é uma instalação nova para contenção de rejeitos das operações, que custará R\$ 300 milhões e ficará pronta no primeiro semestre de 2019. "Desde 2011, são R\$ 2 bilhões de investimentos que fizemos na empresa", afirma Ribeiro

A CBMM está apta a produzir 110 mil toneladas de nióbio equivalente, o equivalente ao mercado mundial, de quase 100 mil toneladas. As concorrentes tem 23 mil toneladas. A entrada de projetos delas ajudou a derrubar os preços e

piorar o cenário de sobreoferta, diz o executivo. "Continuamos enxergando um arrefecimento dos preços, que vem desde 2015. A queda já é de mais de 20% desde então", explica Moura.

A empresa tem 1.836 funcionários, somando Araxá - atividades de mina e metalurgia - o escritório em São Paulo e as subsidiárias em várias partes do mundo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Parceria com Toshiba na produção de baterias

Ainda extremamente dependente da siderurgia, a CBMM quer manter seus resultados sustentáveis no longo prazo buscando novas fronteiras de consumo para o nióbio. O metal é altamente condutor e resistente e uma das novas aplicações pode ser em baterias de veículos elétricos, explica Eduardo Ribeiro, presidente da companhia.

Atualmente, o orçamento para novas tecnologias é de 2,7% do faturamento anual, uma despesa concentrada no escritório da Suíça. Se o mercado não aumentar hoje, atraindo novos setores consumidores, o excesso de oferta mundial seguirá derrubando os preços e não terá muito para onde avançar, avalia a companhia.

Nesse caminho, a CBMM leva avante uma joint venture com a japonesa Toshiba para a produção de anodos de óxido de nióbio-titânio no Japão, que poderão ser usados em baterias de lítio-íon. Depois de testes iniciais, neste ano já partem para uma unidade-piloto. As conversas foram iniciadas em 2014, mas só em 2017 ganharam corpo.

A substituição do anodo, garante, evita superaquecimento e risco de explosão e tem maior capacidade de armazenamento de energia. É algo que a indústria busca para a transição à mobilidade elétrica. O projeto também prevê baterias para armazenamento de energia.

"Isso faz parte de uma mudança estratégica de visão que tivemos no ano passado", diz Ribeiro. "As fichas estavam muito concentradas em siderurgia e queremos continuar os investimentos em inovação, mas enxergamos boas oportunidades em outras áreas. Queremos analisar os novos negócios em toda a cadeia produtiva, para escolher em qual entrar."

Também vê espaço de expansão no aço. "A siderurgia cresce mais ou menos em linha com o PIB [Produto Interno Bruto] mundial. A ideia é se aproveitar a inserção tecnológica para oferecer uma opção de maior valor agregado, e margens maiores de venda, ao setor", lembra Moura, diretor financeiro.

Atualmente, uma média de apenas 40 gramas de nióbio é aplicada em cada uma tonelada de ligas de aço no mundo inteiro, diz o executivo. Na Europa, quase um quarto do aço fabricado leva o metal. Já na China, maior produtora - com quase metade do volume do planeta -, esse índice é de apenas 5%.

Para reforçar essa estratégia, na semana passada os acionistas da CBMM anunciaram a nova diretoria da empresa com algumas mudanças importantes. Ricardo Lima, ex-presidente da InterCement, foi nomeado vice-presidente de operações. Sob o executivo ficaram as diretorias de Tecnologia e Industrial. "Ele veio com a missão de dar apoio e olhar novos negócios", disse Ribeiro.

Segundo ele, investir em inovação está no DNA da empresa. A área de novas tecnologias existe desde 1973 e novas aplicações do nióbio ganharam velocidade no fim da década de 1980.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Inquéritos da Alunorte

O caso da refinaria de alumina Alunorte, em Barcarena (PA), já acumula três inquéritos abertos pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A instituição abriu agora um procedimento de investigação criminal sobre a Hydro Alunorte para apurar "possíveis crimes ambientais" e poluição. Devido às fortes chuvas registradas na região nas últimas semanas, moradores denunciaram a presença de água avermelhada em algumas comunidades próximas. Perícia do Instituto Evandro Chagas, ligado ao Ministério da Saúde, encontrou evidências de chumbo, cromo, alumínio e soda cáustica nas águas. A Alunorte é controlada pelo grupo Norsk Hydro. Na sexta-feira, os promotores Daniel Menezes Barros e Laércio Guilhermino de Abreu deram entrada no procedimento investigatório para apurar a responsabilidade penal da Hydro Alunorte. No dia 19, o MPPA instaurou um inquérito civil para confirmação técnica de danos ao meio ambiente e outro foi aberto para apurar o impacto sobre territórios adjacentes.

Lucro da AES Tietê

A AES Tietê encerrou o quarto trimestre de 2017 com lucro líquido de R\$ 43,4 milhões, queda de 47,8% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. De acordo com a companhia, o resultado foi impactado por uma queda de R\$ 40 milhões na margem comercial, em função da hidrologia mais adversa no período, e por um efeito negativo de R\$ 21,9 milhões relacionado à maior despesa financeira. A receita operacional líquida da companhia aumentou 28,2% no trimestre, no comparativo anual, para R\$ 466,1 milhões. No entanto, os custos e despesas operacionais avançaram 40,3% na mesma base, totalizando R\$ 333,1 milhões - com isso, o lucro bruto chegou a R\$ 133,1 milhões nos três últimos meses do ano passado, crescimento de 5,3%. O Ebitda, totalizou R\$ 198,6 milhões, alta de 16,8% na base anual.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Taesa vê oportunidade de aquisição de linhas de transmissão neste semestre

A Taesa, transmissora de energia controlada pela mineira Cemig e a colombiana ISA, vê a possibilidade de fechar ainda no primeiro semestre a aquisição de algumas linhas de transmissão em operação no país. Entre os principais ativos do tipo estudados pela empresa estão participações que a Eletrobras colocará à venda, conforme aprovado pelo conselho de administração da estatal na última semana, e linhas da Âmbar Energia, da holding J&F.

"Temos oportunidades com relação a M&As [sigla em inglês para fusões e aquisições] que estão sendo estudadas e outras que podem inclusive garantir a nós o direito de preferência. Ainda estamos vendo isso. Mas, de qualquer forma, é uma oportunidade de M&A que estamos efetivamente considerando e analisando. E provavelmente possa ter alguma notícia ainda neste primeiro semestre", afirmou o diretor-presidente e diretor Jurídico e Regulatório da companhia, Raul Lycurgo Leite, ao **Valor**.

Na sexta-feira, o conselho da Eletrobras aprovou a venda de participações em onze concessionárias de transmissão. Dessas, a Taesa já é sócia da estatal - e, portanto, tem direito de preferência - em quatro: Brasnorte, Transirapé, Transleste e Transudestes.

Com relação à Âmbar, que detém quatro concessões de transmissão de energia, somando 1.200 km, Leite explicou que a Taesa está analisando o processo. "Não sabemos com qual velocidade eles vão fazer [a operação de venda]", disse.

Mesmo com as oportunidades de aquisições, o presidente da Taesa contou que a companhia também estudará oportunidades de arrematar novos projetos de transmissão nos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em termos financeiros, a empresa reduziu o nível de endividamento, de 1,9 vez a dívida líquida sobre Ebitda, no fim de 2016, para 1,5 vez no fim do ano passado. "Estamos aptos a participar dessas aquisições e dos leilões. Temos balanço para isso", disse o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Taesa, Marcus Aucélio.

A Taesa fechou 2017 com lucro líquido de R\$ 648,3 milhões, com queda de 24,8% em relação ao apurado no ano anterior. Segundo o executivo, o resultado foi fortemente impactado pelo recuo, no mesmo período de cerca de 8 pontos percentuais do IGP-M - de 7,12% para uma deflação de 0,9% - principal índice das receitas anuais permitidas (RAPs) das linhas da companhia.

Aucélio, porém, destacou que, na mesma comparação o Ebitda regulatório cresceu de R\$ 1,492 bilhão para R\$ 1,536 bilhão.

Com relação ao quarto trimestre do ano passado, a inflação provocou efeito inverso, permitindo um aumento de 51,2% do lucro, ante igual período de 2016, para 277,6 milhões.

Para este ano, a empresa prevê investir cerca de R\$ 500 milhões. Do total, R\$ 300 milhões serão destinados aos sete lotes de transmissão que a companhia ganhou em leilões anteriores da agência e ainda precisa construir, com previsão de conclusão entre 2019 e 2022.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Governo tem janela até abril para resolver GSF

O governo deveria aproveitar o cenário positivo do risco hidrológico (medido pelo favor GSF, na sigla em inglês) neste início de ano para tentar acelerar um acordo para encerrar a guerra na Justiça sobre o assunto, de acordo com Lucas Rodrigues, analista de mercado da Safira Energia.

"Espera-se que, mais ou menos até abril, não se tenha GSF abaixo de 1. Abre-se uma janela em que não vai onerar mais esse passivo. É um período de alívio para se pensar de fato [em uma solução]", disse Rodrigues ao **Valor**.

Segundo dados disponibilizados ontem pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o mês de fevereiro deve ter um GSF positivo de 113%, subindo para 113,3% em março. Quando o indicador fica positivo, significa que a produção total de energia foi maior que a garantia física das hidrelétricas no período.

Além do início do ano ter uma hidrologia mais favorável, as hidrelétricas em geral "sazonalizam" os contratos de venda de energia para meses mais secos, devido à expectativa de elevação nos preços. Se as previsões de alta no preço da liquidação das diferenças (PLD, referência do mercado à vista de energia) se concretizar, aquelas usinas que deslocam seus contratos para esses meses poderão vender a energia a um valor maior.

O cenário de GSF positivo deve começar a se inverter em meados do ano, voltando a representar um problema para as hidrelétricas e para o governo. O analista da Safira prevê um déficit de geração das hidrelétricas de 10% a 15%, o que resultaria em um custo de R\$ 4 bilhões no mercado livre, além dos R\$ 6,04 bilhões que estão travados nas operações do mercado de curto prazo por força de liminares de geradores.

A previsão da comercializadora está em linha com a apresentada pela CCEE ontem. A câmara de compensações prevê um GSF médio de 13,1% no ano, com custo financeiro de R\$ 13 bilhões caso todas as hidrelétricas estivessem com as garantias físicas 100% contratadas. No mercado regulado, em que a maior parte das usinas comprou algum tipo de seguro contra essa exposição, o efeito seria de R\$ 9 bilhões. No mercado livre, a estimativa é que o custo chegaria a R\$ 4 bilhões.

Enquanto o governo tenta negociar com as hidrelétricas para resolver o impasse e destravar o mercado à vista de energia, tentam, via emenda, incluir uma solução para a judicialização do GSF na Medida Provisória (MP) 814 - que originalmente trataria desse tema. A MP tem até o início de junho para ser aprovada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras avalia medida contra bancos no Cade

A Petrobras acompanha as investigações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre o esquema de manipulação das taxas de câmbio no país e avalia uma forma de entrar como parte interessada no processo, segundo

uma fonte. O **Valor** apurou que a área jurídica da estatal ainda discute a melhor forma de conduzir o processo.

A intenção é assumir uma postura parecida com aquela adotada nas ações penais derivadas das investigações da Operação Lava-Jato. Nesses casos, a petroleira costuma entrar como assistente de acusação e já recuperou até o momento cerca de R\$ 1,5 bilhão por meio de acordos de colaboração celebrados com pessoas físicas e jurídicas no âmbito da operação.

Segundo a fonte, a Petrobras é uma compradora relevante de câmbio no mercado (são cerca de R\$ 645 milhões por ano) e entende que está entre as potenciais prejudicadas pelo esquema de manipulação, caso as investigações confirmem a fraude. Procurada, a estatal não se manifestou sobre o assunto.

O Cade apura indícios de práticas anticompetitivas em acordos entre bancos para a fixação de preços e compartilhamento de informações sensíveis, como a posição de clientes. São investigados pelo órgão antitruste a ABN Amro, BBM, BNP Paribas, BTG Pactual, Citibank, Fibra, Itaú BBA, Santander Brasil, Société Générale e Kirton (antigo HSBC Brasil, adquirido pelo Bradesco).

As investigações começaram em 2015 e, inicialmente, estavam restritas às operações realizadas fora do país, por bancos estrangeiros. No ano seguinte, Barclays, Citi, Deutsche Bank, HSBC e J.P. Morgan assumiram participação no esquema e se comprometeram com o Cade a pagar uma multa de R\$ 183,5 milhões.

Junto com esse acordo, o Cade abriu um novo processo, desta vez envolvendo os negócios realizados no Brasil. O órgão relata práticas que supostamente foram adotadas para influenciar a formação da taxa de câmbio nas operações liquidadas no país. Uma delas teria sido por meio da coordenação das transações, o que fazia com que os bancos negociassem na mesma "direção" e no mesmo momento.

Segundo o Cade, os participantes do esquema também compartilhavam suas posições compradas e vendidas, muitas vezes no dia anterior, o que possibilitava "prever" o comportamento do mercado na sessão seguinte. As investigações do órgão antitruste destacam, ainda, que os bancos investigados atuavam também para tentar definir o preço das operações, combinando as taxas ou apenas negociando quando o mercado atingisse a cotação determinada. **(Colaborou Vinícius Pinheiro, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Mercado prevê perda para Gerdau no 4º tri**

A Gerdau deve apresentar melhora generalizada em seu balanço do quarto trimestre, a ser divulgado amanhã antes da abertura do mercado, projetam analistas. Por outro lado, é aguardado relativo enfraquecimento dos números em relação aos trimestres anteriores - em parte, por questões sazonais.

Além disso, desde o fechamento do quarto trimestre, o grupo gaúcho se desfez das operações de vergalhão e fio-máquina nos Estados Unidos e de duas hidrelétricas, potencialmente engordando as margens, mas reduzindo seu faturamento total.

O **Valor** reuniu as estimativas de Bank of America Merrill Lynch (BofA), BTG Pactual, Credit Suisse, Goldman Sachs, Itaú BBA, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Santander e os cálculos apontam prejuízo líquido de R\$ 89 milhões. Apesar de a cifra ainda ser negativa, representa uma diminuição das perdas de 97% em comparação anual.

No terceiro trimestre a Gerdau havia apresentado lucro de R\$ 145 milhões. E nessa comparação essa não é a única linha que piora. A receita líquida é estimada em R\$ 9,47 bilhões no quarto trimestre. A alta sobre o mesmo período de 2016 seria de 9,9%, mas sobre o terceiro trimestre a cifra representa queda de 0,1%.

A previsão está sustentada na visão de que a demanda interna continua fraca - e afetada, ainda, pelo efeito sazonal de menor consumo no fim do ano. Nos Estados Unidos, o encolhimento da rentabilidade com o uso da sucata também provavelmente pressionou os resultados, lembra o Itaú BBA.

Mas a rentabilidade da operação de aços especiais e também da América do Sul provavelmente subirá, compensando essa diminuição no Norte. No Brasil, os analistas creem em manutenção das margens.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) é estimado em R\$ 1,07 bilhão pelos bancos, 45,5% acima dos três meses até dezembro do ano passado. Sobre o terceiro trimestre, contudo, a queda seria de 10,7%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas**Cteep tem lucro menor**

A transmissora de energia ISA Cteep terminou 2017 com lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 1,36 bilhão, queda de 72,3% em relação ao resultado de 2016. O resultado, porém, foi afetado pela contabilização das indenizações por ativos antigos não amortizados, que foram lançados no resultado de 2016 da companhia e começaram a entrar em caixa no ano passado.

MME / ASCOM .